Em atendimento ao despacho exarado pela Assessoria de Contratação – ASCONT (IDs 0529235 e 0529272), que solicita a esta SESGE, por se tratar de questões eminentemente técnicas, esclarecimentos formulados pelo Centro de Integração Empresa Escola - CIEE, referente ao Pregão Eletrônico nº 11/2023.

Informa-se que as questões elaboradas serão respondidas na sequência disposta no pedido (ID 0529231), a seguir elencadas:

1. Poderão ser utilizadas questões que já possuímos em nosso banco de questões?

Resposta: Pode sim, pois o Agente de Integração que atua no mercado de recrutamento de estagiários, muitas vezes já possui um banco de dados com questões a serem aplicadas na seleção, com a ressalva de que as perguntas não podem ser repetidas na aplicação de uma nova prova.

2. Quanto aos itens 1.3 e 1.4 do Termo de Referência, poderemos utilizar o preenchimento da autodeclaração, pelo estudante, conforme o quesito cor ou raça utilizado pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE?

Resposta: Sim, quanto ao item 1.4, pois o IBGE pesquisa a cor ou raça da população brasileira com base na autodeclaração, e isso deverá ser especificado nos editais de concursos respectivos.

3. A disponibilização de sistema com modelo de Relatório de Atividades disponibilizado em login e senha de uso exclusivo do supervisor. Se o preenchimento for realizado e finalizado pelo sistema, a instituição de Ensino visualiza no seu acesso. Se preenchido e impresso, caberá ao estagiário a obrigação da apresentação do relatório a sua Instituição de Ensino, isso atende?

Resposta: Sim, qualquer uma das opções atende às necessidades do programa de estágio deste Tribunal, sendo preferencialmente feito e preenchido pelo sistema.

4. Considerando que a Instituição de Ensino é parte na relação de estágio e que a mesma não permite a intervenção ou mesmo o acompanhamento da situação estudantil por terceiros solicitamos a inclusão da condição de que a contratada informará qualquer alteração na situação escolar do estagiário, semestralmente e/ou desde que informada pela Instituição de Ensino ou pelo Estudante.

Resposta: Não vê necessidade da inclusão dessa condição, haja vista se tratar de uma condição corriqueira estabelecida diretamente no TCE (Termo de Compromisso de Estágio) firmado, do qual o Agente de Integração contratado é parte integrante.

5. Referente ao Seguro de Acidentes Pessoais, este agente de integração disponibiliza aos estagiários o seguro com o valor praticado pelo mercado, onde os estagiários estão contemplados em uma apólice de seguro coletiva que pode ser acessada através do nosso site/portal, tanto pelo estagiário quanto pelo órgão, sem ônus para ambos. Desta forma, atente ao pedido no item?

Resposta: Sim, inclusive esse modelo sempre foi utilizado nos estágios neste Tribunal.

6. Os percentuais das multas descritas no 26. Das infrações e sanções administrativas incidirá apenas sobre o valor da taxa administrativa, correto?

Resposta: Sim, pois a taxa é a efetiva remuneração pelos serviços do Agente de Integração, sendo os repasses apenas uma obrigação contratual.

6.1 Caso a resposta acima seja negativa, solicitamos revisão sobre a redação da cláusula de multa, onde a base de aplicação se dá sob o valor total do contrato/pedido.

Resposta: Prejudicado.

7. Considerando que a Receita Federal é o órgão de maior autoridade para fiscalização tributária no Brasil, e que o mesmo já firmou seu entendimento em interpretação a legislação através das COSIT nº 21 e 186/2020, o qual concluiu que o órgão concedente do estágio, é o competente para lançamento do imposto de renda retido na fonte – DIRF, bem como o responsável pelo informe de rendimentos aos estagiários. Desta feita, o órgão está ciente de que embora o repasse dos pagamentos seja efetuado pelo Agente de Integração, as obrigações de origem tributária devem ser cumpridas pela contratante?

Resposta: Sim, haja vista que com o advento do eSocial já são prestadas as informações sobre estagiários, inclusive para fins de IRRF (Imposto de Renda Retido na Fonte).

8. Os valores repassados para pagamento de bolsa auxílio e auxílio transporte, não se configuram prestação de serviços, pois são repassados integralmente aos estagiários. Sendo assim, podemos emitir Carta Fatura/Recibo referente aos valores que serão repassados e referente ao pagamento dos serviços prestados (taxa administrativa), podemos emitir Nota Fiscal?

Resposta: Sim, essa é a prática atualmente adotada nos pagamentos referentes ao programa de estágio.

9. Identificamos que o edital não cita observância à lei 13.709/18 – LGPD, portanto, podemos entender que esse Ente Público se compromete a tratar os dados pessoais envolvidos na confecção e necessários à execução do Contrato que se objetiva com esse processo licitatório, única e exclusivamente para cumprir com a finalidade a que se destinam e em respeito a toda a legislação aplicável sobre segurança da informação, privacidade e proteção de dados, inclusive, mas não se limitando à Lei Geral de Proteção de Dados (Lei Federal nº 13.709/2018), sob prejuízo da Parte infratora responder pelas perdas e danos devidamente apuradas?

Resposta: Sim. Este Tribunal observa à Lei nº 13.709/18 – LGPD, bem como se compromete a tratar os dados pessoais envolvidos na confecção e necessários à execução do Contrato, que se objetiva com esse processo licitatório, única e exclusivamente para cumprir com a finalidade a que se destinam e em respeito a toda a legislação aplicável

sobre segurança da informação, privacidade e proteção de dados, assim como respeita outras leis vigentes sobre o tema.

Goiânia, 04 de maio de 2023.

RITA DE CÁSSIA CARDOSO ALVES

Assistente III - SESGE

LUCIANA CÉSAR VASCONCELOS

Chefe da SESGE

Era o que tínhamos a esclarecer.

Goiânia, 5 de maio de 2023.

Benedito da Costa Veloso Filho

Pregoeiro